

# Reforma visa afastar o órgão das pressões

O governo já vinha amadurecendo a reforma da estrutura da Funai há alguns meses, desde quando ficou evidente para o ministro Ronaldo Costa Couto — e para o próprio presidente Sarney — de que o órgão estava sendo paralisado, não por incompetência de seu dirigente Apoena Meireles, um sertanista, mas pela sua vulnerabilidade a certas pressões oriundas de vários setores interessados em obstar a atual política indigenista do governo.

Em um ano de administração Sarney, a Funai teve cinco presidentes, incluindo o atual. Assim, se o problema fosse de direção, já teria sido resolvido. A questão, porém, era estrutural. A Funai, centralizada em Brasília, ficava muito vulnerável à ação de antropólogos, indigenistas, ex-funcionários, confissões religiosas, políticas, empreiteiros, garimpeiros, mineradoras — enfim, o vasto e complexo universo de interesses que gravita em torno do índio brasileiro.

Alguns episódios demonstram a extrema vulnerabilidade da entidade. O penúltimo presidente, Alvaro Villas-Boas, demitiu 27 funcionários qualificados, cuja ação política e ideológica considerava contrária à política indigenista do governo. Esses demitidos passaram a fazer campanha contra a Funai. Como a entidade

estava realizando uma intensa delimitação de terras indígenas — cerca de seis milhões de hectares, em dez áreas, no ano passado — esses elementos, ao lado de outros setores, passaram a “fazer a cabeça” do índio para virem a Brasília reivindicar outros benefícios, tais como dinheiro, remédios, alimentos etc. E com isso, tentar obstruir a entidade, até com a ocupação do órgão, como aconteceu mais de uma vez.

Outro episódio: quando Apoena anunciou que iria descentralizar a Funai, setores contrários à política indigenista começaram a espalhar, entre as tribos, que o governo iria “estadualizar” a Funai. A diferença é fundamental: se fosse estadualizada, a Funai passaria ao controle dos governos estaduais e o índio estaria à mercê do que mais detesta: a Polícia Militar dos estados.

A propósito, um outro fato demonstra a hostilidade desses setores contra a política indigenista. Em fevereiro, atendendo a documento de vários índios terena, de Mato Grosso do Sul, Apoena assinou portaria demitindo o delegado da Funai naquele estado, o engenheiro Evódio Vargas, também terena. O estudante de Direito Valdomiro Vargas, irmão do demitido, reuniu cerca de 50 ou 60 índios e, durante cerca de 15 dias, ocupou a delegacia da Funai em Cam-

po Grande. Com apoio de outros 200 terena, o delegado interino, Osmar Vicente Souza Coelho, também índio, chamou a PM para evacuar a sede. Imediatamente os índios pró-Evódio vieram a Brasília e espalharam que a invasão fora determinada por Apoena Meireles, o que era falso. Se fosse verdadeiro, o presidente da Funai estaria quebrando palavra dada pelo ministro de que não se chamaria a PM em casos semelhantes. Entretanto, muitos índios acreditaram nessa versão, inclusive o famoso cacique Ixucarramãe, Raoni, que se encontrava em Brasília e passou a pedir também a demissão de Apoena Meireles.

Por fim, outro fato que mostra a ação subversiva e deletéria contra a Funai: quando Apoena confirmou a intenção de alterar o estatuto da Funai, para descentralizar a entidade, seus adversários passaram a espalhar que seria alterada, na verdade, o Estatuto do Índio, isto é, a própria lei, o que é falso.

Com o decreto ontem divulgado, a Funai vence uma dura batalha para levar adiante a política indigenista do governo, neutralizando uma das causas principais de sua vulnerabilidade, que era a centralização de tudo em Brasília e a sujeição aos frequentes bloqueios da parte de índios manipulados por terceiros.

## Cimi teme ação de exploradores

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), através de seu presidente, Dom Herwin Krautler, apresentou ontem ao presidente José Sarney a preocupação da entidade quanto à regionalização da Fundação Nacional do Índio. De acordo com Dom Krautler, bispo da prelazia do Xingu, as comunidades indígenas temem que a medida favoreça interesses econômicos locais, em detrimento dos índios.

A descentralização da Funai em seis superintendências foi determinada pelo presidente em decreto assinado terça-feira. Como porta-voz dos grupos indígenas, Dom Krautler explicou ao Presidente que será muito mais fácil os políticos, fazendeiros e mineradores invadirem as terras indígenas, explorando-as a seu favor, através de um órgão local do que nacional.

Segundo o bispo do Xingu, o Presidente garante que não permitirá que os interesses locais prejudiquem a ação indigenista. Segundo ele, Sarney explicou que a regionalização da Funai tem por finalidade “levar a sério a causa indígena”. O Presidente autorizou Dom Krautler a tranquilizar os grupos indígenas.

Na audiência, o presidente do Cimi foi acompanhado pelos bispos Dom Aldo Mogiano, de Roraima, e Dom Antônio Possamai, de Rondônia. Foram tratados assuntos específicos de cada região. Dom Aldo apresentou um relato dos intensos conflitos entre índios e brancos em Roraima, onde encontram-se cerca de 25 a 30 mil índios, distribuídos em várias tribos.

O motivo é sempre o mesmo: invasão das terras indígenas pelos brancos. A situação é “escandalosa” e, segundo ele, agravada

pelo fato de a Secretaria de Segurança Pública estar definindo como “subversiva” a ação da Igreja junto aos índios. O secretário Mena Barreto estaria espalhando que os padres têm fomentado os conflitos. Como resposta, o Presidente afirmou que deseja uma maior harmonia entre Governo e Igreja.

Já, Dom Antônio Possamai, bispo de Rondônia, solicitou maior agilização na implementação da reforma agrária. O Estado recebe intenso fluxo migratório — 150 mil pessoas em 84 e 180 mil em 85 — e as pessoas que chegam não encontram “o chão que procuram”. O Presidente disse aos três bispos que o órgão executor da reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não está aparelhado, ainda, para implantar a reforma. Garantiu, no entanto, que o Governo pretendo fazê-lo.

## Sede cuidará de demarcações

Ficamos muito contentes quando soubermos que a reforma do Estatuto da FUNAI — Fundação Nacional do Índio — não irá condicionar o problema da terra, que é um problema tão delicado e as pressões locais poderiam ser tão fortes que iriam dificultar enormemente a realização das demarcações das terras dos índios, afirmou ontem o bispo de Roraima, Dom Aldo Mogiano que, acompanhado do bispo do Xingu, Dom Herwin Krautler, que é o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e do bispo de JI-Paraná, Dom Antonio Possamai, foram recebidos em audiência pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

— Com as terras ficando

ligadas a um órgão central — “que obviamente dará a solução final e isso nos deixa muito satisfeitos” — Dom Aldo disse que agora “a parte assistencial — saúde e educação — pode ser muito bem regionalizada, o que achamos muito bom”.

O bispo disse que a exposição sobre a situação e problemas da região foi muito bem aceita pelo ministro Costa Couto, tendo sido feita uma tentativa de mostrar a realidade indígena, através de uma análise. Pediu-se ainda ao ministro as possíveis soluções para esses problemas.

— Estamos felizes — disse — com a grande disposição e compreensão do ministro Costa Couto em nos

ouvir e nos explicar as tentativas que o Minter está fazendo e as dificuldades que encontra nesse trabalho não existem somente no Ministério do Interior, mas em todo o País, onde todos estão querendo dizer alguma coisa. Esperamos agora, depois desse encontro com o ministro que as questões tenham algum progresso e avancemos na direção de melhores dias.

Dom Aldo Mogiano revelou que tratou com o ministro sobre o encontro que ocorrerá entre a Diocese de Roraima e o Governo do Estado, além da realização de outros encontros que deverão ser realizados no Ministério do Interior para verificação da situação de processos de demarcação de terras.